

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.613 - DF (2019/0220742-6)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ALBERT FAGUNDES E CARVALHO
RECORRIDO : CRISTIANE DE ALMEIDA
RECORRIDO : CHARLES AMBROSIO DE LIMA
RECORRIDO : RONIE TAVEIRA DA CRUZ
RECORRIDO : WILSON MARTINS DE REZENDE JUNIOR
RECORRIDO : MARIA DA CONCEICAO LEANDRO DA SILVA
RECORRIDO : FLAVIO RODRIGUES FERRAZ
RECORRIDO : VANDERSON PERES DE RAMOS
RECORRIDO : MICHELLE URBANO DA MOTA SILVEIRA BASTOS
RECORRIDO : CLAUDIO SERGEI LUZ E SILVA
ADVOGADOS : FRANCISCO AGRICIO CAMILO - DF002447
JOSÉ RAIMUNDO DAS VIRGENS FERREIRA - DF003761

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região assim ementado (e-STJ fl. 144):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS DE FORMA RAZOÁVEL. OBSERVÂNCIA DO QUANTO DISPOSTO NO ART. 20, §§ 3º e 4º, DO CPC/73.

1. Com fulcro no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73 - então vigente por ter sido a sentença proferida e publicada antes de 18/03/2016 -, compete ao magistrado a fixação da verba honorária de sucumbência entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, podendo, também, arbitrá-los em valores inferiores aos referidos percentuais, mediante apreciação equitativa, em observância aos critérios definidos naquele primeiro parágrafo mencionado, nas hipóteses em que a causa for de pequeno valor ou de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública e nas execuções, embargadas ou não.

2. Hipótese em que os honorários advocatícios foram fixados de forma adequada em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em cotejo com o valor do excesso de execução encontrado - de R\$ 30.355,06 -, de modo que são compatíveis com o quanto disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, então vigente, levando em consideração o princípio da razoabilidade, a natureza e a importância da causa, a reduzida atividade processual - eis que a parte embargada concordou com os cálculos apresentados pela parte embargante - e o fato de tratar-se da fase executiva.

3. Apelação desprovida.

Rejeitados os aclaratórios do recorrente.

Nas suas razões, o recorrente aponta, preliminarmente, violação do art. 1.022 do CPC/2015 e, no mérito, afronta ao art. 20, § 4º, do CPC/1973.

Argumenta que a verba honorária foi fixada em valor irrisório, correspondendo a 2% (dois por cento) do proveito econômico obtido com a causa.

Sem contrarrazões.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Quanto à alegada ofensa ao art. 1.022, do CPC/2015, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, consoante entendimento desta Corte, o magistrado não está obrigado a responder a todas as alegações das partes nem tampouco a rebater um a um todos seus argumentos, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como ocorre na espécie.

Nesse sentido:

IPVA. NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO DISTRITAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1026 DO CPC/2015.

1. Inicialmente, em relação aos arts. 141 e 1022 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente. Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(REsp 1.671.609/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Quanto ao mérito, é firme a compreensão do STJ de que, via de regra, na instância especial, não é cabível a revisão do juízo de equidade que foi realizado pelo magistrado para fixar o valor da verba honorária, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC/1973, porquanto esse mister, além de exigir o reexame do histórico processual, notadamente para mensurar o trabalho realizado pelo advogado, não guarda relação direta

com a legalidade da decisão atacada, mas sim com a percepção do julgador, que é de cunho estritamente subjetivo.

Excepcionalmente, todavia, esta Corte Superior admite o apelo especial para reapreciar honorários advocatícios quando arbitrados de forma irrisória ou exorbitante, pois, nesses casos, a violação da aludida norma processual exsurge de maneira flagrante, a justificar a intervenção deste Sodalício como meio de preservar a aplicação da lei federal de regência.

No caso, conforme consta do acórdão recorrido, "os honorários advocatícios foram fixados de forma adequada em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), em cotejo com o valor do excesso de execução encontrado – de R\$ 30.355,06 (fl. 12), de modo que são compatíveis com o disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, então vigente, levando em consideração o princípio da razoabilidade, a natureza e a importância da causa, a reduzida atividade processual, uma vez que a parte embargada concordou com os cálculos apresentados pela parte embargante, e o fato de tratar-se da fase executiva." (e-STJ fls. 141/142)

Nesse contexto, torna-se inafastável o óbice da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator